

ÍNDICE

Prefácio – Prof. Doutor Germano Marques da Silva.....	7
Nota dos autores	9
Agradecimentos.....	13
Abreviaturas	15
 I – DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	 17
1. Introdução.....	17
2. Os gestores: As sociedades comerciais em acção e em omissão	18
3. A prossecução do interesse social e os stakeholders	20
3.1. A questão vista no plano tributário	21
3.2. O levantamento da personalidade jurídica colectiva	23
4. A natureza da responsabilidade tributária dos gestores.....	25
4.1. Fiança legal?.....	25
4.2. Responsabilidade civil extracontratual?	26
4.3. Posição adoptada.....	28
4.4. O “calcanhar de Aquiles”: o património dos gestores como garantia .	30
5. A subsidiariedade da responsabilidade tributária dos gestores, em especial	32
6. O n.º 1 do artigo 24.º, da LGT	35
6.1. O conceito de “dívidas tributárias”	35
6.2. A (ir)responsabilidade no caso de exercício de funções após o termo do prazo legal de pagamento ou de entrega	37
6.3. A dualidade de regimes de responsabilidade.....	38

6.3.1. A responsabilidade pela diminuição do património da empresa .	38
6.3.2. A responsabilidade pela falta de pagamento ou entrega de imposto	43
7. A (ir)relevância da titularidade formal da gestão.....	50
7.1. A posição maioritária	50
7.2. A repartição interna de tarefas	57
7.3. Uma releitura da letra da lei	59
7.4. Da gestão à vigilância	61
8. O caso da pluralidade de gestores	65
9. A (in)comunicabilidade da dívida ao cônjuge.....	67
10. A responsabilidade tributária dos advogados e a gestão de bens ou direitos de não residentes.....	70
10.1. A gestão de bens ou direitos.....	70
10.1.1. A representação fiscal	72
10.1.2. A mera gestão de negócios	75
10.2. Uma responsabilidade solidária.....	78
10.3. Os meios de defesa.....	79
11. A responsabilidade tributária dos contabilistas certificados	80
11.1. Deveres nas relações com o fisco	80
11.2. Uma responsabilidade tributária subsidiária	82
12. A responsabilidade tributária dos auditores e dos revisores oficiais de contas	85
12.1. A fiscalização nas sociedades	86
12.2. As funções e actos dos revisores oficiais de contas	87
12.3. A responsabilidade tributária subsidiária	89
13. As providências cautelares contra o responsável subsidiário	93
13.1 As providências administrativas	93
13.2. As providências judiciais	95
13.2.1. O arresto	95
13.2.1.1. Pressupostos	96
13.2.1.2. Efeitos.....	99
13.2.1.3. A situação de imposto não entregue nos cofres do Estado	101
13.2.1.4. O arresto dos bens dos gestores	103
14. A impugnação pauliana	105

15. A reversão do processo de execução fiscal.....	108
15.1. O momento da reversão, em especial.....	111
15.2. A fundada insuficiência dos bens da empresa.....	117
15.2.1. Enquadramento legal.....	117
15.2.2. Os efeitos da penhora.....	118
15.2.3. A situação líquida negativa ou deficitária.....	122
15.2.4. A extensão da penhora.....	126
15.3. A isenção de custas e de juros de mora.....	128
15.3.1. Enquadramento legal.....	128
15.3.2. O pagamento e os meios de defesa.....	129
15.3.3. A situação de falta de entrega de imposto.....	132
15.4. Os meios de defesa do revertido.....	134
15.4.1. A audição prévia.....	134
15.4.2. A oposição judicial à execução fiscal.....	136
15.4.2.1. A (i)legitimidade e a falta de pressupostos da reversão.....	136
15.4.2.2. A instância executiva e o pagamento do responsável subsidiário.....	138
15.4.3. A reclamação graciosa.....	140
15.4.4. O recurso hierárquico.....	142
15.4.5. A revisão do acto tributário.....	143
15.4.6. A impugnação judicial da liquidação de imposto.....	145
15.4.7. O pedido de constituição de tribunal arbitral.....	146
15.5. A reversão contra o sucessor do responsável subsidiário.....	147

II – DA RESPONSABILIDADE POR INFRACÇÕES TRIBUTÁRIAS..... 151

1. A responsabilidade penal tributária.....	151
1.1. O bem jurídico sob tutela.....	152
2. A responsabilidade penal tributária cumulativa das sociedades e dos seus gestores ou outros agentes.....	154
3. A responsabilidade por omissão dos gestores, em especial.....	156
3.1. A Responsabilidade por omissão pura ou própria.....	160
3.2. A responsabilidade por omissão impura ou imprópria.....	169
3.2.1. A estrutura empresarial e a figura da “autoria mediata”.....	169
3.2.2. O dever de garante.....	175
3.2.2.1. As suas fontes e o seu fundamento.....	175
3.2.2.2. O seu conteúdo e os seus limites.....	185
3.3. A delegação de poderes: conceito, consequências e requisitos.....	188

3.4. Conclusões	193
4. Responsabilidade solidária em caso de colaboração dolosa.....	195
5. A frustração de créditos.....	196
6. A responsabilidade civil por crimes tributários	199
6.1. Responsabilidade civil e prescrição da dívida tributária.....	201
6.2. Crédito tributário e indemnização civil: uma mesma medida	202
6.3. Execução fiscal <i>versus</i> pedido de indemnização civil: duas causas ou uma causa repetida?	204
6.4. A culpa, o dano e a disponibilidade do direito	206
6.5. Partes civis e sujeitos da relação jurídica tributária.....	207
6.6. A responsabilidade e o ónus da prova	208
7. A reversão de coimas contra os gestores e os contabilistas.....	208
7.1. Enquadramento legal.....	208
7.2. A (in)constitucionalidade da responsabilidade civil pelo não pagamento das coimas	209
7.3. (In)transmissibilidade da responsabilidade penal?.....	213
7.4. A reversão de coimas na execução fiscal	218
7.5. (In)existência de meios de defesa?	220
7.6. A responsabilidade dos contabilistas certificados, em especial	228
Bibliografia.....	229
Livros publicados dos autores	251